

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM SEGUNDO TURNO — PROJETO DE LEI 87/2021  
VOTO DO RELATOR

**1. DO RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Vereadora Professora Marli que *Institui o Índice de Educação Inclusiva (IMEI), no sistema municipal de ensino.*

Em primeiro turno o projeto em comento foi aprovado pela Comissão de Legislação e Justiça com apresentação de emenda (Emenda 1) e pelas Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor.

Após a perda de prazo para emissão de parecer da Comissão de Administração Pública, o Projeto de Lei nº 87/2021 foi aprovado em primeiro turno pelo Plenário desta Câmara Municipal.

Ao Projeto, aprovado em primeiro turno, foram apresentadas 8 (oito) Emendas.

Designado Relator, passo à análise pertinente a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas.

Em síntese, é o relatório.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

Conforme acima mencionado, ao Projeto de Lei nº 87/2021 foram apresentadas 8 (oito) Emendas que, em resumo, dispõem sobre as seguintes matérias:

EMENDA 1: Conforme relatado pela ilustre Vereadora Fernanda

Pereira Altoé, a proposta de emenda de autoria da Comissão de Legislação e Justiça propõe nova redação ao art. 5º para sanar a possibilidade de dúvida interpretação de que o educando com deficiência teria uma prioridade de matrícula nas escolas, o que não lhe é garantido por lei federal e não poderia ser inovado por lei municipal.

EMENDA 2: Em suma, o Substitutivo Emenda estabelece que o Índice Municipal de Educação Inclusiva (IMEI) qualificará, além do atendimento às pessoas com deficiências, o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e às pessoas com altas habilidades ou superdotação. Ademais, esta emenda ainda apresenta maior detalhamento quanto ao grupo pertinente à deficiência apresentada e estabelece os critérios específicos a serem avaliados em cada grupo.

EMENDA 3: Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º a fim de estabelecer que o Índice Municipal de Educação Inclusiva (IMEI) servirá como parâmetro para orientação do Poder Executivo na garantia de equipamento e atendimento de todas as deficiências em cada unidade do sistema de ensino municipal.

EMENDA 4: Acrescenta o inciso X ao art. 3º no intuito de incluir a avaliação dos trabalhadores da educação municipal como um dos critérios de qualificação da adaptação das unidades de ensino.

EMENDA 5: Confere nova redação ao Parágrafo Único do art. 3º para dispor que o Poder Executivo deverá realizar avaliação periódica e processual em cada unidade escolar, gerando mais conhecimento da realidade e favorecendo a atuação dos pais sobre as condições mais adequadas a uma escola inclusiva de qualidade.

EMENDA 6: Suprime o art. 7º com base no entendimento de que a constituição de polos de educação em determinadas deficiências, com base nas pontuações de cada escola no IMEI, poderia resultar em retrocesso à educação inclusiva que se pauta no convívio e aprendizagem nas diferenças que existem entre os seres humanos.

EMENDA 7: Acrescenta o §1º ao Art. 3º, com o intuito de, conforme

justificativa das autoras, adequar o projeto às diretrizes da Lei nº 13.146/2015 e ao art. 208, III, da Constituição Federal. Proposição exige comprometimento do Poder Executivo em compatibilizar todos os critérios de atendimento de forma equânime no sistema de ensino municipal, a fim de evitar especialização de unidades específicas.

EMENDA 8: Confere nova redação ao Parágrafo Único do Art. 5º para determinar que a matrícula dos alunos com deficiência será efetivada de acordo com a região de moradia, observando-se os parâmetros e critérios do cadastro geral do Estado e do Município.

## **2.1 Da Constitucionalidade**

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

Passo, então, a análise das Emendas apresentadas ao projeto de lei.

Salvo a Emenda 5, as demais encontram-se dentro dos limites da Constitucionalidade, haja vista encontrarem-se em consonância com a competência municipal estabelecida no Art. 30, I, da Constituição da República, bem como com a disposição do art. 171, I da Constituição Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Ademais, com exceção da Emenda 5, as Emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 não dispõem sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, tampouco estabelecem atribuições à órgãos do Poder Executivo

No tocante à Emenda 5, ao dispor que o Poder Executivo deverá

realizar avaliação periódica em cada unidade escolar, a proposição, além de criar obrigação, adentra em matéria de competência do Executivo, haja vista intentar organizar a periodicidade e o local de avaliação. Cabe ressaltar que, conforme acertadamente dispõe o art. 4º do próprio Projeto de Lei nº 87/2021, caberá ao Poder Público regulamentar os critérios de avaliação do Índice Municipal de Educação Inclusiva (IMEI).

Em decorrência de estabelecer obrigação ao Poder Executivo e adentrar em matéria de gestão administrativa do município, o projeto apresenta clara violação ao princípio da harmonia e separação dos poderes, previstos no art. 2º da Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989).

Observa-se ainda que a Emenda estabelece atribuições aos órgãos do Executivo Municipal infringido o art. 66, III, f, da Constituição Estadual.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para criar atribuições e obrigação no âmbito municipal são privativas do Prefeito.

Com tais razão concluo pela constitucionalidade das Emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8; e pela inconstitucionalidade da Emenda 5.

## **2.2 Da Juridicidade e da Legalidade**

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de



juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

No que concerne ao tópico em tela, não se observa conflito das Emendas 1, 2, 3, 4, 6 e 7 com a legislação infraconstitucional do ordenamento jurídico pátrio. Evidencia-se, ainda, o caráter inovador das proposições.

Quanto a Emenda 5, em razão de sua inconstitucionalidade, resta prejudicada a análise da legalidade regimental.

No tocante à Emenda 8, a proposição repete parte do disposto no art. 6º. *In verbis*:

Emenda 8: Art. 5º - Parágrafo Único

*A matrícula desses educandos será efetivada de acordo com a região de moradia, observando-se os parâmetros e critérios do cadastro geral do Estado e do Município.*

Art. 6º do Projeto de Lei: Art.6º

*O parágrafo único do Art. 50 da Lei 9078/05, passa a vigorar da seguinte forma:*

***Parágrafo único - A matrícula desses educandos será***

*efetivada de acordo com a região de moradia, observando-se os parâmetros e critérios do cadastro geral do Estado e do Município e levada em conta a manifestação de vontade das famílias, por escola mais distantes, a fim de melhor acomodar o aluno com deficiência em escola cujo IMEI atenda melhor às necessidades do aluno.*

Não obstante a intensão das autoras, sem a supressão do art. 6º do Projeto de Lei nº 87/2021, a Emenda 8 apenas repete parte da disposição deste artigo, não alcançando o objetivo de se evitar a concentração de estudantes com deficiências em algumas escolas específicas.

Com tais razões, concluo pela legalidade das Emendas 1, 2, 3, 4, 6 e 7; e pela ilegalidade da Emenda 8.

### **2.3 Da Regimentalidade**

Não se vislumbra vício capaz de impedir o prosseguimento das Emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 ao Projeto de Lei nº 87/2021, haja vista estar em consonância com o art. 48, I, c/c o art. 52, I, "a" e com os arts. 98 e 99, todos do Regimento Interno desta Casa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

### **3. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, meu parecer é pela: constitucionalidade das Emendas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8; inconstitucionalidade da Emenda 5; legalidade das Emenda 1, 2, 3, 4, 6 e 7; ilegalidade da Emenda 8; regimentalidade das Emenda 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8 ao Projeto de Lei nº 87/2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM 2º TURNO

### PROJETO DE LEI N. 114/2021

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

#### 1. RELATÓRIO

Vêm à Comissão de Legislação e Justiça, em segundo turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, nove Emendas ao Projeto de Lei n. 114/2021.

Após receber pareceres das Comissões a que foi distribuído, obedecendo assim ao Regimento Interno, o Projeto de Lei n. 114/2021, de autoria da Vereadora Marcela Trópia, foi aprovado em primeiro turno de discussão em reunião plenária. Tendo a proposta recebido emendas, e sendo o segundo turno o momento oportuno para apreciação dessa espécie de proposição, conforme os dispositivos regimentais, voltou a proposta a esta Comissão de Legislação e Justiça para receber parecer.

Assim, devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora para a análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas Substitutiva n. 1, Aditivas n. 2, 3, 4 e 5, e Substitutivas n. 6, 7, 8 e 9 ao Projeto, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda Substitutiva n. 1, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, altera a expressão "portal eletrônico exclusivo para" utilizada no caput do art. 2º para "em seção destinada exclusivamente para esse fim".

A Emenda Aditiva n. 2, de autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo, visa incluir novo inciso ao art. 2º, nos seguintes termos:

*XVI — Lista de todas as leis, decretos e ou portarias em vigor relacionadas à situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes de doenças contagiosas.*

As Emendas Aditiva n. 3, 4 e 5, ambas de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, também visam incluir novos incisos ao art. 2º do projeto, conforme as seguintes redações:

*- Publicação diária de casos suspeitos e confirmados de covid 19 ou outras doenças contagiosas que acometam os professores, profissionais da educação*

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 13/09/2021  
HORA. 10:38:58



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*e estudantes da rede municipal de ensino e demais servidores no âmbito escolar por regional e por escola o portal da prefeitura.*

*- Publicação diária no Boletim Epidemiológico dos mapas com o georreferenciamento indicando a concentração de casos confirmados de COVID 19 na rede municipal de ensino e tabelas com os números globais por regional.*

*- Publicação de relatório mensal no Portal de Transparência com a tabela de investimentos contratados e realizados relativas às ações de modificação da infraestrutura escolar para a prevenção ao contágio de doenças na rede municipal de educação pelo critério de zoneamento.*

Por sua vez, as Emendas Substitutivas n. 6, 7, 8 e 9, todas de autoria da Vereador Bruno Miranda, objetivam alterar a redação dos incisos I, III, IV e VIII, do art. 2º, para que prever a atualização periódica, aos invés da atualização diária, conforme previsto no texto originário do PL.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

### 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição ou emenda corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Conforme exposto no item 2 deste parecer acima, “Fundamentação”, tratam-se de 9 Emendas apresentadas, sendo que: (i) a primeira se refere a alteração da expressão utilizada, a fim de evitar interpretação equivocada que poderia acarretar em inconstitucionalidade da proposição; (ii) as emendas n. 2, 3, 4 e 5 visam incluir novos incisos ao art. 2º, ampliando o rol de dados e informações



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de interesse público a serem disponibilizados pelo Poder Executivo, referentes à doença contagiosa;  
(iii) as emendas n. 6, 7, 8 e 9, visam prever a atualização periódica de dados, aos invés da atualização diária, conforme previsto no texto originário do PL.

Sendo assim, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade das Emendas apresentadas.

### 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que as Emendas apresentadas estão de acordo com o ordenamento jurídico e não apresentam qualquer violação à legislação vigente sobre o tema, pelos mesmos motivos apresentados quanto ao aspecto da constitucionalidade.

De tal modo, entendo pela legalidade das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 114/2021.

### 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 114/2021.

### 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas ao Projeto de Lei n. 114/2021: Emenda Substitutiva n. 1, Emendas Aditivas n. 2, 3, 4 e 5, e Emendas Substitutivas n. 6, 7, 8 e 9.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**RELATORA**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 148/2021

VOTO DO RELATOR

**1. DO RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Ciro Pereira que *Estabelece vaga(s) exclusiva(s) para gestante e pessoa acompanhada de criança de colo.*

A justificativa do autor encontra-se na fl. 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 03/10.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 148/2021, em suma, almeja tornar obrigatório vagas exclusivas para gestante e pessoas acompanhadas de criança de colo nas edificações de uso comercial, mista ou de serviços que possuam vagas privativas de estacionamento.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

**2.1 Da Constitucionalidade**



No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e da Constituição Estadual.

A proposição em comento, por tratar de matéria concernente ao interesse local, encontra-se em consonância com a competência municipal estabelecida no Art. 30, I, da Constituição da República, bem como com a disposição do art. 171, I da Constituição Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Salvo a disposição do Art. 5º, o Projeto de Lei nº 148/2021 não ventila em sua matéria preceitos sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, tampouco estabelece atribuições à órgãos do Poder Executivo. Trata-se, pois, de proposição normativa que cria exclusivamente obrigação a particulares.

Não obstante o alegado acima, constata-se que o nobre vereador excedeu os limites de sua competência no art. 5º ao determinar, ao Executivo Municipal, prazo para a regulamentação da lei. *In verbis*:

Art. 5º- O Executivo regulamentará esta Lei em até 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Ao estabelecer prazo para o cumprimento da medida, o Projeto criou uma obrigação ao Poder Executivo, o que não é aceitável em face do princípio da harmonia e independência entre os poderes. Há de se reconhecer, então, que, neste ponto específico, há vício de iniciativa a inquinar de inconstitucionalidade formal o dispositivo legal, o que pode ser suprimido com a proposição de emenda.

Nestes termos, a proposição em comento - mediante a apresentação da emenda -, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

## 2.2 Da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Cumprе ressaltar, em primeiro momento que as gestantes e as pessoas com criança de colo estão enquadradas como Pessoa com mobilidade reduzida, conforme definições dispostas no art. 3º, inciso IX, da Lei 13.146 de 2015.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

(...)

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

Com tal consideração, observa-se que diversos dispositivos legais exigem a observância da acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida.

- Lei 10.098 de 2000 que *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a*

*promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

- Decreto nº 5.296 de 2004 que *Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Lei 13.146 de 2015, que *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Diante do arcabouço normativo supra, observa-se que o Projeto de Lei nº 148/2021 busca implementar mais um meio de viabilizar a acessibilidade das gestantes

e das pessoas com crianças de colo.

Observa-se, portanto, que não há conflito da proposição em apreço com as demais legislações infraconstitucionais do ordenamento pátrio. Evidencia-se, também, o caráter inovador ao atribuir vagas exclusivas às gestantes e às pessoas acompanhadas de criança de colo nas edificações de uso comercial, misto ou de serviços que possuam vagas privativas de estacionamento.

O Projeto de Lei nº 148/2021, dessarte, está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e pela juridicidade.

### **2.3 Da Regimentalidade**


Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 148/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

### **3. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 148/2021 com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021

  
Vereador Irlan Melo

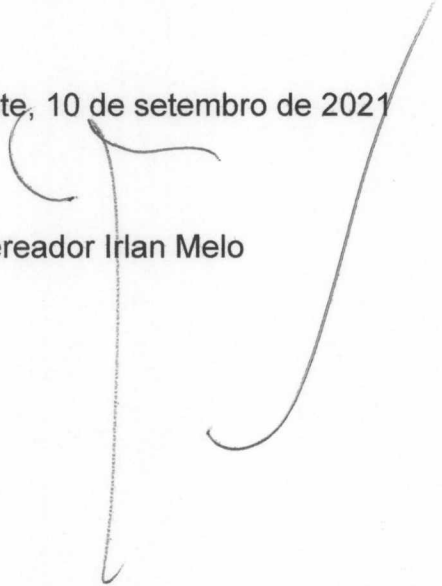
EMENDA SUBSTITUTIVA Nº \_\_\_\_ AO PROJETO DE LEI Nº 148/2021

Dá-se a seguinte redação ao Art. 5º do Projeto de Lei 148/2021:

"Art. 5 - Caberá ao poder executivo a regulamentação desta lei. "

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021

Vereador Irlan Melo





PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 168/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 168/2021 de autoria do nobre Vereador José Ferreira, que ***"Dispõe sobre o caráter permanente do laudo que diagnostique o Transtorno do Espectro Autista - TEA e da Síndrome de Down e dá outras providências"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 168/2021 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 168/2021 alvo deste parecer, tem por objetivo tornar permanente o laudo que ateste o Transtorno do Espectro Autista - TEA e da Síndrome de Down, que terá validade indeterminada. Por fim, o PL determina que

CTR - Dir. Leg. Legislativa - 08-Set-2021-10:25-002206-1/2





a declaração de vida será considerada anualmente e poderá se dar por meio de renovação de algum benefício.

Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“O Transtorno do Espectro Autista-TEA e a Síndrome de Down são deficiências permanentes, ou seja, não podem ser revertidas. Diante disso, não há justificativa para exigir a atualização periódica do laudo médico, vista a dificuldade de muitas famílias em arcarem com o custo do tratamento e diagnóstico.

O presente projeto visa descomplexificar a vida das pessoas com transtorno do Espectro Autista-TEA e a Síndrome de Down, contribuindo para o acesso a direitos, resultando assim em maior qualidade de vida para os mesmos.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o Vereador José Ferreira pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional**, **legal** e **regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade



Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 168/2021.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal** e **material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo



legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 168/2021, primeiramente sob o foco da **iniciativa** para elaboração do mesmo.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Verifica-se que em nível Estadual, que não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.



Quanto ao aspecto material, temos que o Projeto de Lei 168/21 observa os preceitos e princípios da Constituição Federal e Mineira, haja vista não afrontar e nem contrariar dispositivos tais quais:

Da Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

O Projeto também caminha alinhado aos princípios constitucionais do direito à vida e à dignidade da pessoa humana por meio da assistência e do cuidado para com a saúde, sendo este um direito fundamental e essencial, bem como ao artigo 196 da Constituição Federal que discrimina que saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que



visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 168/2021.

## 1.2) Da Legalidade

A análise de legalidade consiste em verificar a compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Aqui, a legalidade pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública.

Dito isto, temos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015), estabelece que pessoa com deficiência é:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.





Com isso, a pessoa com Síndrome de Down encontra-se inserida na previsão contida no citado dispositivo e goza, para todos os fins legais, da proteção e inclusão previstas naquele estatuto.

No que diz respeito às pessoas com transtorno do espectro autista, temos que a Lei Federal nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, passou a considerar oficialmente os autistas como pessoas com deficiência:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Em sede municipal, temos a Lei 10.418/12 que “Dispõe sobre o reconhecimento da pessoa com autismo como pessoa com deficiência, para fim da plena fruição dos direitos previstos pela legislação do Município”:

Art. 1º - Para fim da plena fruição dos direitos previstos pela legislação do Município, a pessoa com diagnóstico de autismo fica reconhecida como pessoa com deficiência.

Temos, portanto, que a declaração como permanente do laudo que ateste o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e da Síndrome de Down, passando o mesmo a ter validade indeterminada, trata-se de uma medida de inclusão e isonomia voltada para as pessoas com deficiência, lhes propiciando maior conforto, estando em pleno acordo com a legislação infraconstitucional:



Lei Federal nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Importante mencionar que o Projeto não contraria as disposições constantes na Lei nº 13.977/2020 (Lei Romeo Mion), uma vez que se vale da determinação constante no art. 2º da referida Lei, que alterou a Lei 12.764/12 para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com a necessidade de revalidação quinquenal da mesma, o que de fato acaba por servir como prova de vida do beneficiário e ainda, impedindo o uso indevido por terceiros da carteira de titular falecido.

Na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (LOMBH) temos os seguintes dispositivos que fazem referência ao tema em análise e o



Art. 143 - As ações e serviços públicos de saúde integram o Sistema Único de Saúde, que se organiza, no Município, de acordo com as seguintes diretrizes:

VIII - formulação e implantação de ações em saúde mental, obedecendo ao seguinte:

Art. 144 - Compete ao Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições previstas na legislação federal:

XV - assegurar a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, inclusive os serviços de habilitação e de reabilitação, sempre que necessários, e atendimento domiciliar multidisciplinar, bem como serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais;

Assim, verifica-se que o Projeto está em acordo com a legislação que trata do tema.

No que tange à legalidade estrita, cumpre mencionar que o PL 168/21 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar **caráter inovador**, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material:

“Se, por um lado, somente a lei pode inovar o ordenamento jurídico, por outro, ela só deve ser produzida se efetivamente se destinar a tal mister. Assim, uma norma que não inove o



ordenamento jurídico, isto é, que não possua o atributo da novidade, será injurídica. Um exemplo é um projeto de lei que veicule comando idêntico a outro já previsto em uma lei. Tendo em vista já existir regra positiva sobre o assunto, a edição de nova norma jurídica é desnecessária, por não inovar o ordenamento.”

(OLIVEIRA, Luciano Henrique da Silva; Análise de Juridicidade de Proposições Legislativas)

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, uma vez que não se verifica Lei com conteúdo semelhante à matéria tratada no mesmo.

Feitas tais considerações, votamos pela **legalidade** do Projeto de Lei 168/2021.

### **1.3) Da Regimentalidade**

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 168/2021 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.



## 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são *pela* **constitucionalidade, legalidade e regimentalidade** do **Projeto de Lei nº 168/2021**.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2021.



Vereador Jorge Santos

Relator



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PARECER EM 1º TURNO

### PROJETO DE LEI N. 169/2021

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

#### 1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 169/2021, de autoria dos vereadores Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Nely Aquino; Ver.(a) Wanderley Porto, que “Dispõe sobre normas para a implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nessa condição que passo a fundamentar o presente parecer.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa disciplinar sobre a implantação e o compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no município, “observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente”.

Como justificativa expõe que “Atualmente, vigora no município de Belo Horizonte a Lei 8.201/01 que “Altera a Lei nº 7.277/97, que estabelece normas para instalação de antenas de telecomunicações e dá outras providências”. Temos que essa Lei está ultrapassada, haja vista a promulgação da Lei Federal nº 13.116/15 (Lei Geral das Antenas) que “Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001. Assim, Belo Horizonte necessita de uma nova Lei que esteja em conformidade com as inovações legislativas consubstanciadas pela referida Lei Federal.”

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

##### 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 03/09/21  
HORA. 11:46:03





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

*In casu*, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, nos termos do art. 30, I, II e VIII, da Constituição da República:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;*

No mesmo sentido, prevê a Constituição Estadual de Minas Gerais:

*Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:*

*V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;*

*Art. 171. Ao Município compete legislar:*

*I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:*

*d) matéria indicada nos incisos I, III, IV, V e VI do artigo anterior;*

Com efeito, trata-se de assunto afeto à competência do Município uma vez que a proposição em questão prevê regramento a respeito da implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no âmbito municipal, notadamente a fim de atender o desenvolvimento tecnológico de tais estruturas e garantir a atualização da legislação em vigor no Município (Lei n. 8.201/01), nos termos da Lei Federal n. 13.116/15 (Lei Geral das Antenas).

Ademais, vale frisar que, embora a União tenha competência privativa para legislar sobre telecomunicações (art. 22, IV, CF) e tenha competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão esses serviços (art. 21, inciso XI, CF), o Projeto de Lei em análise não pretende disciplinar tais matérias.

Não se trata de regulamentação sobre a exploração de telecomunicações, mas sim de matéria específica de interesse local, no que se refere à implantação e compartilhamento de infraestrutura de suporte e de telecomunicações no município.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).*

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)*

Por fim, a matéria objeto do presente Projeto de Lei encontra respaldo nos ditames constitucionais, nos termos do art. 6º e art. 182 da CF, na medida em que visa resguardar a segurança, o bem-estar da população e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade:

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

*Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

Por fim, importa observar que tramita nesta Câmara Municipal, um Projeto de Lei idêntico ao ora em análise. Trata-se do Projeto n. 851/2019, que já foi, inclusive, aprovado em primeiro turno na Casa.

Muito embora me cause estranheza essa repetição, não há óbice constitucional, legal ou regimental à tramitação de um novo projeto nos mesmos termos, uma vez que o primeiro ainda



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

também é um projeto, não se tratando de lei existente no nosso ordenamento jurídico.

De tal modo, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 169/2021.

## 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta qualquer violação à legislação vigente sobre o tema.

Nesse sentido, a proposição vai ao encontro das normas gerais previstas na Lei Federal n. 13.116/15 (Lei Geral das Antenas), bem como da Lei Federal n. 11.934/09, que dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

Ademais, a proposição se atenta também ao disposto no art. 2º da Lei Federal n. 10.257/01 (Estatuto das Cidades), que prevê que o ordenamento das funções sociais da cidade deve garantir o direito a uma cidade sustentável para as presentes e futuras gerações.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 169/2021.

## 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 169/2021.

## 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 169/2021.

Belo Horizonte, 2 de setembro de 2021.

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**RELATORA**

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 174/2021 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

#### RELATÓRIO

O Projeto de Lei 174/2021 que “Dispõe sobre a criação do Programa "Empresa Amiga da Saúde da Mulher" e dá outras providências.” de autoria dos Vereadores Nely Aquino, Gabriel Azevedo, Jorge Santos, Wanderley Porto, Álvaro Damião, Henrique Braga, Marcos Crispim e outros, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

#### FUNDAMENTAÇÃO

O parecer jurídico a ser exarado por este relator deve observar o aspecto jurídico da proposição legislativa posta a exame. Assim, examinaremos o texto do Projeto de Lei 174/2021 relativamente a juridicidade sobre o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas em geral e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma. Nesse sentido o parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade como um todo da iniciativa legislativa posta em exame, qual seja, a sua conformação com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, portanto, com o Direito.

Passada essa breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos acima.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Do mesmo modo, o projeto de lei inova no ordenamento jurídico municipal.

Passando ao exame da juridicidade matéria sob o aspecto da constitucionalidade, salientamos que a matéria objeto da iniciativa legislativa não está no âmbito daquelas de iniciativa privativa do prefeito municipal. Na realidade, está em conformidade com a Constituição da República de 1988 - CF/88, notadamente, com seu art. 23, II, com seu art. 24, XII e com seu art. 30, I e II.

Ao município é assegurada a competência comum com a União, Estados e Distrito Federal para cuidar da saúde, *ex vi* do inciso II do art. 23 da Constituição Federal de 1988, o que implica na promoção da saúde por variados atos normativos e administrativos.

Já o inciso XII do art. 24 da Carta da República estabelece a competência legislativa concorrente entre a União dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

À União Federal compete o estabelecimento de normas gerais sobre a matéria e ao Estado complementar a legislação federal no que couber. Ao município cabe a suplementação da legislação federal naquilo que for pertinente ao seu interesse local. É o que temos no art. 30, I e II que prevê, *in verbis*:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*(...)*

Essa competência legislativa se traduz na tratativa interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. E no exercício dessa competência, vai bem o legislador municipal ao trazer, por intermédio da presente proposição legislativa e em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional sobre a matéria, temática salutar, qual seja, o reconhecimento às empresas que facilitarem o acesso de suas empregadas e colaboradoras ao exame de mamografia, concedendo um diploma como reconhecimento a tão importante prática de promoção e apoio à saúde da mulher por parte das empresas situadas no município.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.341, o Ministro Alexandre de Moraes elucida a questão, no que foi seguido pelos outros ministros, com exceção do Ministro Barroso que se declarou suspeito por motivo de foro íntimo.

*(...) “A regra no Brasil, continua ele, é a autonomia dos entes locais. Essa regra deve ser interpretada a partir de uma matéria principal neste momento: a saúde pública.” (...)*

*(...) “Significa que a partir da predominância do interesse, a União deve editar normas de interesse nacional, os estados, regional e os municípios visando o seu interesse local. “ (...)*

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, temos presente a legalidade da proposição legislativa que se manifesta pela ausência de contrariedade da iniciativa legislativa com a legislação infraconstitucional em geral, como as leis gerais federais, as leis estaduais que dizem respeito à matéria e a lei orgânica municipal.

No que se refere a custo decorrente de eventual emissão de diploma, temos que leis que acarretem despesas, desde que não tratem da estrutura administrativa e atribuições da Administração Pública, nem do regime jurídico de servidores não geram contrariedade a Lei de Responsabilidade Fiscal. É o que está disposto na tese 917 para reafirmar que: **“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa**



***para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal)***

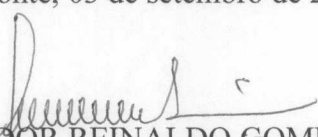
Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

Após o exame de juridicidade nos moldes expostos, vemos a necessidade de apresentar substitutivo - emenda ao PL174/2021 para adequar sua redação a técnica legislativa, objetivando suprimir e modificar artigos. Citamos o art. 1º em que acrescentamos dispositivos, bem como readequamos a redação para atingir o fim que se almeja. Citamos a supressão do art. 2º e o art. 3º, que, na forma em que estão redigidos, afrontam o art. 2º da CF/88, bem como, a supressão do art. 5º, que determina ao poder executivo o exercício de seu poder regulamentar, que lhe é próprio.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 174/2021 com apresentação de substitutivo - emenda.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2021.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator

SUBSTITUTIVO - EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 174/2021

Dispõe sobre a criação do Diploma "Empresa Amiga da Saúde da Mulher" e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Diploma "Empresa Amiga da Saúde da Mulher" a ser concedido às 10 (dez) empresas que se destacarem no apoio e promoção da saúde da mulher nos termos desta lei.

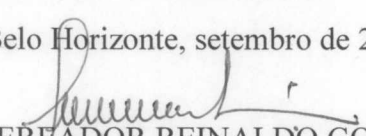
§1º - As empresas que promoverem ou facilitarem o acesso ao exame de mamografia a suas empregadas e colaboradoras farão jus a um diploma como reconhecimento, por parte do poder público municipal, da atuação no apoio e promoção da saúde da mulher no âmbito do Município de Belo Horizonte.

§2º - O Diploma de "Empresa Amiga da Saúde da Mulher", poderá ser divulgado em qualquer campanha publicitária ou estratégia de divulgação da empresa agraciada com o diploma.

Art. 2º - As empresas informarão anualmente o quantitativo real de mulheres atendidas, nos termos desta lei, pelas ações de promoção e acesso à saúde da mulher à Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte visando subsidiar com números as ações e políticas públicas relacionadas à saúde da mulher.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, setembro de 2021.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 176/2021  
VOTO DO RELATOR

**1. DO RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria dos Vereadores Marcos Crispim; Álvaro Damião; Gabriel; Henrique Braga; Jorge Santos; Wanderley Porto que *Acrescenta os incisos VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII ao Art. 3º à Lei 10.604, de 15 de janeiro de 2013, que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Municipal de Atenção à Saúde do Homem.*

A Justificativa do Autor encontra-se nas folhas de nº 03/05.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 06/18.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 176/2021, em suma, acrescenta dispositivos normativos à lei 10.604, de 2013, que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Municipal de Atenção Integral a Saúde do Homem.

Segundo informam os autores do Projeto em apreço, na justificativa,

Os homens são acometidos de algumas doenças ou agravos à saúde especificadamente relacionados ao



sexo masculino, tais como os cânceres e as infecções da próstata, do pênis e dos testículos, mas estão sujeitos a outros transtornos da saúde que, embora cometam também as mulheres, apresentam taxas de morbimortalidade mais elevadas na população masculina.

(...)

Assim, o presente projeto de lei procura enfatizar a necessidade de que o Poder Executivo Municipal formulem, implementem e mantenham política específica de atenção à saúde da população masculina, segmento cujos indicadores de morbimortalidade contradizem a cultura popular que considera o homem um representante do sexo forte. Faz-se necessário que, mediante tal política, essa característica se tome realidade e se reflita nos indicadores epidemiológicos.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

## **2.1 Da Constitucionalidade**

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

Não obstante a matéria estar em consonância com a competência prevista no art. 30, I, da Magna Carta e art. 171, I da Carta Mineira, por tratar-se de "assuntos de interesse local", o Projeto de Lei nº 176/2021 encontra-se eivado de inconstitucionalidade, pois viola, em sua integralidade, o princípio da harmonia e separação dos poderes, previstos no art. 2º da

Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989).

Conforme pode-se observar nos dispositivos do Projeto de Lei nº 176/2021 abaixo, todos os incisos que o Projeto almeja incluir na Lei 10.604 de 2013 estabelecem atribuições ao Poder Executivo.

Art. 3º No âmbito do sistema municipal de saúde, a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem tem como objetivo

(...)

**VI — Apoiar técnica e financeiramente a implementação e acompanhar, no âmbito de sua competência, a implantação da Política Municipal de Atenção Integral a Saúde do Homem;**

**VII — Promover, no âmbito de sua competência, a articulação intersetorial e interinstitucional necessária à implementação da Política;**

**VIII — Promover a qualificação das equipes de saúde para execução das ações propostas na Política Municipal de Atenção Integral a Saúde do Homem;**

**IX — Capacitação técnica e qualificação dos profissionais de saúde para atendimento do homem;**

**X — Analisar os indicadores que permitam aos gestores monitorar as ações e os serviços e avaliar seu impacto, redefinindo as estratégias e/ou atividades que se fizerem necessárias.**

**XI — Integralidade, que abrange:**

**(a) assistência à saúde do usuário em todos os níveis da atenção, na perspectiva de uma linha de cuidado que estabeleça uma dinâmica de referência**

**e de contra referência entre a atenção básica e as de média e alta complexidade, assegurando a continuidade no processo de atenção;**

**b) compreensão sobre os agravos e a complexidade dos modos de vida e da situação social do indivíduo, a fim de promover intervenções sistêmicas que envolvam, inclusive, as determinações sociais sobre a saúde e a doença;**

**XII — organização dos serviços públicos de saúde de modo a acolher e fazer com que o homem sinta-se integrado;**

**XIII — implementação hierarquizada da política, priorizando a atenção básica.**

Resta claro que, ao estabelecer diversas ações aos órgãos pertencentes à administração municipal, o Projeto de Lei nº 176/2021 vai de encontro com o art. 66, III, f, da Constituição Estadual.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para criar atribuições e obrigação no âmbito municipal são privativas do Prefeito.

Com base no exposto acima, e apesar da nobre iniciativa dos autores, a proposição em comento afigura-se inconstitucional.

## **2.2 Da Legalidade e da Regimentalidade**

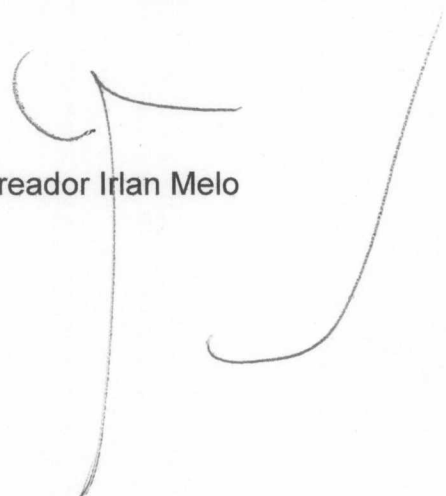
Tendo em vista a conclusão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 176/2021, resta prejudicada a análise da legalidade e regimentalidade.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

## **3. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, meu parecer é pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 176/2021.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021



Vereador Irlan Melo

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER JURÍDICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 177/2021 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO**

**RELATÓRIO**

O Projeto de Lei 177/2021 que “Dispõe sobre a criação de Programa de Provimento de Auxílio Psicoterápico aos Alunos e Profissionais de Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, quando do retorno escolar e em função do período de isolamento devido à pandemia do novo coronavírus, na forma que menciona.” de autoria do Vereador Fernando Luiz, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer jurídico.

Tendo preenchido os requisitos para sua interposição, a presente proposição legislativa foi devidamente recebida pela presidência desta Casa Legislativa e instruído com a legislação correlata pela unidade administrativa competente.

Designado relator, passo a analisar o projeto de lei em epígrafe nos termos do art. 52, I, “a” do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O parecer jurídico a ser exarado por este relator deve observar o aspecto jurídico da proposição legislativa posta a exame. Assim, examinaremos o texto do Projeto de Lei 177/2021 relativamente a juridicidade sobre o aspecto da constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, bem como verificar a presença das características comuns às normas jurídicas em geral e o caráter inovador no ordenamento jurídico da norma. Nesse sentido o parecer jurídico a ser exarado por esse relator deve observar a juridicidade como um todo da iniciativa legislativa posta em exame, qual seja, a sua conformação com as regras, princípios, jurisprudência e costumes, portanto, com o Direito.

Passada essa breve explanação, adentremos ao exame dos requisitos acima.

A juridicidade sob o aspecto da compatibilidade da iniciativa legislativa com características exigidas das normas jurídicas, observamos que o projeto de lei em questão é dotado de: generalidade, ou seja, valer para todos sem distinção de qualquer natureza; abstratividade, regulamenta situações abstratamente e não casos concretos; imperatividade, deve ser cumprida e observada por todos; e coercibilidade, a possibilidade de utilizar do aparato e poder estatal para garantir o cumprimento da norma jurídica. Do mesmo modo, o projeto de lei inova no ordenamento jurídico municipal.

Passemos ao exame da juridicidade matéria sob o aspecto da constitucionalidade.

Salientamos que a matéria objeto da iniciativa legislativa não está no âmbito de competência daquelas de iniciativa privativa do prefeito municipal. Tal competência deve ser interpretada restritivamente, pois está especificada em *numerus clausus* no art. 61 da Constituição da República de 1988 - CF/88. Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF.

PARECER JURÍDICO Nº 177/2021 - 1º TURNO DE VOTAÇÃO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAPÁ. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOLHIDA. CONCESSÃO DEFINITIVA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º. SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", E NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...) (ADI 3394, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2007, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007 REPUBLICAÇÃO: DJe-152, DIVULG 14-08-2008 PUBLIC 15-08-2008 EMENT VOL-02328-01 PP-00099 DJ 24-08-2007, PP-00023 RT v. 96, n. 866, 2007, p. 112-117)

Na realidade, a proposição legislativa, em tela, está em conformidade com o art. 23, II, com o art. 24, XII e com o art. 30, I e II da Carta da República.

Ao município é assegurada a competência comum com a União, Estados e Distrito Federal para cuidar da saúde, *ex vi* do inciso II do art. 23 da CF/88, o que implica na promoção da saúde por variados atos normativos e administrativos. Já o inciso XII do art. 24 da Carta da República estabelece a competência legislativa concorrente entre a União dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

À União Federal compete o estabelecimento de normas gerais sobre a matéria e ao Estado complementar a legislação federal no que couber. Ao município cabe a suplementação da legislação federal naquilo que for pertinente ao seu interesse local. É o que temos no art. 30, I e II que prevê, *in verbis*:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*(...)*

Essa competência legislativa se traduz na tratativa de interesses da coletividade municipal localmente pelo legislador municipal. Bem como suplementar a legislação federal e estadual,



caso seja necessário, no que couber à competência e ao interesse municipal. E no exercício dessa competência, acerta o parlamentar ao trazer, por intermédio da presente proposição legislativa e em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional sobre a matéria, norma programática que vise à promoção e cuidado da saúde mental de alunos e profissionais de educação no município.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.341, o Ministro Alexandre de Moraes elucida a questão, no que foi seguido pelos outros ministros, com exceção do Ministro Barroso que se declarou suspeito por motivo de foro íntimo.

*(...) “A regra no Brasil, continua ele, é a autonomia dos entes locais. Essa regra deve ser interpretada a partir de uma matéria principal neste momento: a saúde pública.” (...)*

*(...) “Significa que a partir da predominância do interesse, a União deve editar normas de interesse nacional, os estados, regional e os municípios visando o seu interesse local.” (...)*

Com relação à juridicidade sob o aspecto da legalidade, temos presente a legalidade da proposição legislativa que se manifesta pela ausência de contrariedade da iniciativa legislativa com a legislação infraconstitucional em geral, como as leis gerais federais, as leis estaduais que dizem respeito à matéria e a lei orgânica municipal.

Não observamos a criação de despesa no presente projeto de lei. Se houver é irrelevante. Mesmo que houvesse, temos que leis geradoras de despesas, desde que não tratem da estrutura administrativa e atribuições da Administração Pública, nem do regime jurídico de servidores não geram contrariedade a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o que está disposto na tese 917 do STF para reafirmar que: **“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal)**

Quanto à juridicidade sob o aspecto da regimentalidade prevista no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, não vislumbramos afrontas ao regimento na presente proposição legislativa em questão.

Após o exame de juridicidade nos moldes expostos, vemos a necessidade de apresentar substitutivo - emenda ao PL177/2021 para adequar sua redação a técnica legislativa, objetivando suprimir e modificar artigos para retirar vícios que poderiam acarretar possível veto por parte do prefeito municipal. A readequação ocorre em todos os artigos da proposição legislativa.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 177/2021 com apresentação de substitutivo - emenda.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2021.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator

SUBSTITUTIVO - EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 177/2021

Dispõe sobre a criação de Programa de Auxílio Psicoterápico aos Alunos e Profissionais de Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, quando do retorno escolar decorrer período de isolamento devido à pandemia do novo coronavírus.

A CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Auxílio Psicoterápico a Alunos e Profissionais de Educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

§1º - A duração do programa previsto no *caput* deste artigo compreenderá o período entre o efetivo retorno dos professores e alunos às unidades escolares, após a suspensão das aulas presenciais decretada pelo Prefeito de Belo Horizonte a partir do mês de março de 2020, até o fim da situação de emergência ou estado de calamidade pública decretada em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no município.

§2º - O programa previsto no *caput* deste artigo tem como objetivos e diretrizes:

I - prover auxílio psicológico a alunos e profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte em locais apropriados definidos pelo órgão municipal competente;

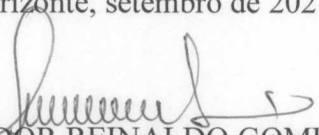
II - a atenuação de efeitos emocionais gerados pelo período de isolamento social em função da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) e do retorno às atividades nas unidades escolares;

III - o respeito à privacidade e dignidade dos atendidos;

IV - a interação dos pais, responsáveis e profissionais de educação, sempre que necessário, no acompanhamento psicológico dos alunos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, setembro de 2021.

  
VEREADOR REINALDO GOMES  
Relator





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 179/2021

#### VOTO DO RELATOR

##### 1. RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 179/2021, de autoria do Executivo – Mensagem nº 12, de 5 de agosto de 2021, que “Altera as Leis nº 10.362, de 29 de dezembro de 2011, e nº 11.143, de 21 de dezembro de 2018.”.

Tendo sido devidamente instruído com a legislação correlata e recebido pela Presidente, consoante despacho de recebimento, passo a emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo à análise do aspecto constitucional, legal e regimental do projeto.

##### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos da Mensagem nº 12/2021, o presente Projeto tem como objetivo promover mudanças na legislação municipal, atendendo às imposições da Emenda Constitucional nº 103, de 19 de novembro de 2019, e pela Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, da Secretaria de Regimes Próprios de Previdência do Ministério da Economia.

O projeto apresenta alterações aos comandos que regulamentam o custeio e a execução da reserva administrativa destinada à Unidade Gestora Única dos Regimes Próprios de Previdência. Isso se dá para cobertura dos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

gastos administrativos, correntes e de capital, destinados à manutenção dessa unidade. Em específico, o financiamento será realizado exclusivamente por meio da taxa de administração, que passa a ser um percentual embutido no valor da alíquota de contribuição patronal. Tal contribuição permanecerá em 22% (vinte e dois por cento) para ambos os fundos, Fufin e BHPrev. Além disso, a taxa de administração, que hoje é um percentual fixo por exercício, aplicado sobre o total da remuneração bruta de todos os beneficiários vinculados ao plano, passa a incidir somente sobre o salário de contribuição dos servidores ativos.

Em 18 de agosto de 2020 a Portaria nº 19.451, da Secretaria de Regimes Próprios de Previdência do Ministério da Economia, promoveu alterações nas Portarias nº 402/2008 e 464/2018 nos dispositivos que tratam do custeio e execução da reserva administrativa destinada à Unidade Gestora Única dos Regimes Próprios de Previdência, para cobertura dos gastos, correntes e de capital, para a sua manutenção, em síntese as alterações promovem:

- A Reserva Administrativa passa a ser financiada exclusivamente por meio da Taxa de Administração;

- A Taxa de Administração passa a ser um percentual embutido no valor da alíquota de contribuição patronal (que permanece em 22%);

- O financiamento da Reserva Administrativa deve ocorrer por ambos os fundos, FUFIN e BHPrev (hoje, por força do art. 130, ela é financiada exclusivamente pelo BHPrev);

- A Taxa de Administração passa a incidir somente sobre o salário de contribuição dos servidores ativos, dentro da cota patronal, somente (hoje, é um percentual fixo por exercício, aplicado sobre o total da remuneração bruta de todos os beneficiários vinculados ao plano);

- A Unidade Gestora pode constituir sobras da Reserva Administrativa de um exercício para outro, cuja destinação deverá ser feita pelo Conselho de Administração que, se deliberar pela devolução aos planos, deve ocorrer proporcionalmente ao FUFIN e ao BHPrev, na mesma proporção que a tenham financiado no exercício (antes, isso acontecia somente ao BHPrev);



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Deve ser implementada na Lei do RPPS de cada Ente, cujos efeitos devem começar a vigorar impreterivelmente em 1º de janeiro de 2022.

Quanto a alteração da Lei nº 11.143, de 21 de dezembro de 2018, que trata do Regime de Previdência Complementar, cabe esclarecer que a EC nº 103/19 alterou as características deste regime, conforme consta no § 15 do art. 40 da CF/88. Até então, mencionado parágrafo determinava que a Entidade de Previdência deveria ser, exclusivamente, de natureza pública e de caráter fechado.

Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.

## 2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE

O Projeto de Lei encontra amparo no art. 30, incisos I e II da Constituição da República, que reserva ao Município a competência para "legislar sobre assuntos de interesse local", bem como "suplementar, a legislação federal e a estadual no que couber". No mesmo sentido a disciplina contida no art. 171, I, da Carta Mineira que, ao tratar da competência legislativa do Município, ratificou a sua competência para legislar "sobre assuntos de interesse local".

Cumpra-se dizer que o projeto de lei em questão atende às alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 no art. 40, § 15, da Constituição da República.

Destarte, do ponto de vista da constitucionalidade, o projeto de lei é adequado, não ferindo a Constituição da República e tampouco a Constituição do Estado de Minas Gerais.

Transposta esta etapa passemos a análise da Legalidade.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.2 DA LEGALIDADE E JURIDICIDADE

De imediato deve-se destacar que o projeto em análise ao ser apresentado pelo Poder Executivo coaduna com o art. 88, II, “b” da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH –, que versa sobre o regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, incluído o provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Assim, a proposta não apresenta qualquer vício de iniciativa.

O projeto de lei atende a exigência trazida na Portaria nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, que “Altera o art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e o art. 51 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, para dispor sobre a taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão ou entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS e dá outras providências”, do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, no que tange as alterações que estão sendo promovidas nos artigos 109 e 130 da Lei nº 10.362/2011, que devem ser aprovadas impreterivelmente dentro do corrente exercício para vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, como determina o art. 4º da Portaria nº 19.451/2020, sob pena de o Município de Belo Horizonte ficar impedido de renovar o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), em razão de irregularidade no critério “utilização dos recursos previdenciários”, com fundamento no inciso IV do § 2º do art. 13 da Portaria MPS nº 402, de 2008, c/c o art. 5º, VI, da Portaria MPS nº 204, de 2008. A ausência de CRP regular impede que o Município receba transferências constitucionais, formalize contratos de empréstimos e convênios, além de positivá-lo junto aos principais órgãos de controle.

Previsão contida também na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece que em caso de descumprimento das determinações de caráter constitucional acarreta a suspensão do Certificado de Regularidade Previdenciária, impedindo a transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais ao Município

Do ponto de vista legal e jurídico, entendo que o Projeto de Lei está de acordo com a legislação infraconstitucional vigente.

### 2.3 DA REGIMENTALIDADE

No que tange à regimentalidade do Projeto de Lei nº 179/2021, verifico que fora instruído corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o prosseguimento da proposta.

### 3. CONCLUSÃO

Ante do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 179/2021.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

Vereador Gabriel



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**PARECER EM 1º TURNO**  
**PROJETO DE LEI N. 180/2021**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

## 1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 180/2021, de autoria do Vereador Léo que “Dispõe sobre os direitos dos estudantes matriculados em instituições do sistema municipal de ensino que integrarem delegações participantes de eventos esportivos oficiais.”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise assegurar, aos estudantes matriculados em instituições públicas e privadas do sistema municipal de ensino, que integrarem delegações participantes de eventos esportivos oficiais, a dispensa das aulas e a realização de avaliações em períodos alternativos, quando o período de realização destas coincidir com o das competições esportivas.

Como justificativa expõe que “o Presente projeto de lei, nos mesmos moldes da lei estadual nº 23.822 de 25/06/2021, tem por objetivo estimular a prática esportiva e incentivar jovens talentos na cidade de Belo Horizonte”.

Ademais, explica que “para crianças e adolescentes, sabemos que as vezes fica difícil conciliar a representatividade num evento esportivo com as atividades escolares, sendo na maioria das vezes, motivo de desistência para muitos. Com este projeto, pretendo trazer uma oportunidade de solução para esse conflito, possibilitando que alunos da rede municipal de ensino possam investir na prática e representatividade esportiva sem trazer prejuízo para a vida escolar”.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 13/09/21  
HORA. 10:40:21





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição da República ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não vislumbro nenhum vício no presente Projeto de Lei, uma vez que a iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo, estabelecida na Constituição Federal e Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Nesse sentido, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. Não se pode ampliar aquele rol, para abranger toda e qualquer situação que crie despesa para o Estado-membro, em especial quando a lei prospere em benefício da coletividade. (ADI n. 3394-8, Rel. Ministro Eros Grau, DJ. 24/08/2007).*

*Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Previsão de realização de campanha pública de conscientização sobre depósito de materiais recicláveis. Constitucionalidade. - Não é inconstitucional lei municipal, de iniciativa do Legislativo local, que prevê a realização de campanha pública*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*de conscientização sobre o depósito de materiais recicláveis por parte da Administração Municipal, ainda que disso resulte aumento de despesas para o Executivo, mesmo porque as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas em 'numerus clausus' no artigo 61 da Constituição Federal, referindo-se apenas às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.476253-3/000 - Comarca de Iturama - Requerente: Prefeito Municipal de Iturama - Requerida: Câmara Municipal de Iturama - Relator: Des. José Antonino Baía Borges.)*

Por fim, verifica-se que a matéria objeto do presente Projeto de Lei encontra respaldo nos ditames constitucionais, nos termos do art. 217:

*Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:*

*I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;*

*II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;*

*III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;*

*IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.*

Ademais, no mesmo sentido a Constituição do Estado de Minas Gerais ao dispor, em seu art. 218, que a promoção, a orientação e o apoio à prática e difusão da educação física e do desporto serão realizados por intermédio da rede oficial de ensino e em colaboração com entidades desportivas:

*Art. 218 – O Estado garantirá, por intermédio da rede oficial de ensino e em colaboração com entidades desportivas, a promoção, o estímulo, a orientação e o apoio à prática e difusão da educação física e do desporto, formal e não formal, com:*

*I – a destinação de recursos públicos à promoção prioritária do desporto educacional e, em situações específicas, do desporto de alto rendimento;*

*II – a proteção e incentivo às manifestações esportivas de criação mineira;*

*III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;*

*IV – a obrigatoriedade de reserva de áreas destinadas a praças e campos de esporte nos projetos de urbanização e de unidades escolares, e a de desenvolvimento de programas de construção de áreas para a prática do esporte comunitário.*

*Parágrafo único – O Poder Público garantirá ao portador de deficiência atendimento especializado no que se refere à educação física e à prática de atividades desportivas, sobretudo no âmbito escolar.*

Assim, a proposição em análise, observando a Constituição Federal e Estadual, visa regulamentar o direito dos estudantes matriculados no sistema de ensino municipal que integrem delegações participantes de eventos esportivos oficiais, quando estes coincidirem com





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades escolares.

Nesse sentido, vale frisar que a proposição não cria obrigações e não dispõe sobre atribuições de órgãos do Poder Executivo e, por tal razão, não há violação ao princípio da separação dos poderes.

De tal modo, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 180/2021.

## 2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto está de acordo com o ordenamento jurídico, conforme passo a expor.

A Lei Federal n. 9.615/98 (Lei Pelé), visa assegurar o direito à dispensa e à reposição de atividades dos estudantes matriculados em estabelecimentos do sistema de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que sejam integrantes de representação desportiva nacional:

*Art. 85. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.*

No âmbito estadual, a Lei n. 23.822/21 assegura aos estudantes matriculados em instituições do sistema estadual de ensino, que integrarem delegações participantes de eventos esportivos oficiais, a dispensa das aulas e a realização de avaliações em períodos alternativos quando o período de realização destas coincidir com o das competições esportivas.

Sendo assim, observa-se que o Projeto de Lei em análise visa assegurar esses direitos aos estudantes matriculados em instituições de ensino do sistema estadual, em simetria com a referida Lei Estadual e em consonância com a mencionada Lei Federal.

Embora não seja o momento oportuno, é importante frisar que para a avaliação do mérito será necessário compreender ou definir de forma clara e objetiva o que será considerado e classificado como “delegações participantes de eventos esportivos oficiais”, a fim de evitar a criação de uma brecha para que o esporte seja utilizado como justificativa para o não cumprimento de obrigações escolares.

De tal modo, entendo pela legalidade do Projeto de Lei n. 180/2021.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 180/2021.

## 3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 180/2021.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2021.

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**RELATORA**



## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 37/21

### Relatório

O Projeto de Lei nº 37/21, que "Altera a Lei n.º 8616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte", de autoria do vereador Ciro Pereira, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:

- a reformulação da ementa do projeto, para especificar a alteração feita na lei modificada;

- a reformulação do comando do art. 1º do projeto, para conferir ao texto maior objetividade, clareza, precisão e adequação aos princípios da técnica legislativa;

- a supressão, no art. 1º do projeto, do *caput* do art. 47-A da lei a ser modificada, já que ele não é alvo de alteração;

- a substituição - no parágrafo único acrescido pelo art. 1º do projeto ao art. 47-A da lei modificada - da palavra *acima* pela expressão *no caput deste artigo*, para conferir maior precisão ao texto.

Essas adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 37/21.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 37/21

Acrescenta parágrafo único ao art. 47-A da Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 47-A da Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, o seguinte parágrafo único:

“Art. 47-A - [...]”

Parágrafo único - As licenças mencionadas no *caput* deste artigo terão validade correspondente à validade do Alvará de Localização e Funcionamento da atividade.”.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13/09/21

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de  
redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIVATO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 119/21**

## **Relatório**

O Projeto de Lei nº 119/21, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município, e dá outras providências”, de autoria do Executivo, foi aprovado pelo Plenário, na forma da Subemenda nº 2 (substitutivo) à Emenda nº 18 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 18, e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

## **Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo.

Em razão da aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 18, acrescentou-se o § 2º ao art. 2º do projeto, renumerando-se os parágrafos seguintes.

Em razão da rejeição dos incisos II e III do *caput* do art. 2º da Subemenda nº 2 à Emenda nº 18 em votação destacada, os incisos seguintes foram renumerados.

As alterações promovidas não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado nem a seus efeitos.

## **Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 119/21.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 119/21

Autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento à vista ou parcelado de créditos em favor do Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, observadas as condições fixadas nesta lei e em regulamento específico, descontos para pagamento de créditos em favor do Município vencidos até 31 de dezembro de 2020, da seguinte forma:

I - para pagamento integral e à vista, desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora para pagamento em até 90 (noventa) dias contados da regulamentação desta lei;

II - para pagamento parcelado, desconto sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora de:

- a) 95% (noventa e cinco por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais;
- b) 90% (noventa por cento) para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas mensais;
- c) 85% (oitenta e cinco por cento) para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais;
- d) 80% (oitenta por cento) para pagamento em até 30 (trinta) parcelas mensais;
- e) 75% (setenta e cinco por cento) para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais;
- f) 70% (setenta por cento) para pagamento em até 42 (quarenta e duas) parcelas mensais;



g) 65% (sessenta e cinco por cento) para pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais;

h) 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais;

i) 55% (cinquenta e cinco por cento) para pagamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais;

j) 50% (cinquenta por cento) para pagamento em até 66 (sessenta e seis) parcelas mensais;

k) 45% (quarenta e cinco por cento) para pagamento em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais;

l) 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 78 (setenta e oito) parcelas mensais;

m) 35% (trinta e cinco por cento) para pagamento em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais.

§ 1º - Os créditos relativos a multas administrativas e penalidades aplicadas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias poderão ser extintos com desconto sobre o valor do crédito de:

I - 80% (oitenta por cento) para pagamento integral e à vista em até 30 (trinta) dias contados da regulamentação desta lei;

II - 70% (setenta por cento) para pagamento integral e à vista em até 60 (sessenta) dias contados da regulamentação desta lei;

III - 60% (sessenta por cento) para pagamento parcelado de 2 (duas) até 12 (doze) parcelas mensais;

IV - 50% (cinquenta por cento) para pagamento parcelado de 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais;



V - 40% (quarenta por cento) para pagamento parcelado de 25 (vinte e cinco) até 36 (trinta e seis) parcelas mensais;

VI - 30% (trinta por cento) para pagamento parcelado de 37 (trinta e sete) até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais;

VII - 20% (vinte por cento) para pagamento parcelado de 49 (quarenta e nove) a 60 (sessenta) parcelas mensais.

§ 2º - Os créditos relativos a multas administrativas, ônus e penalidades aplicadas por descumprimento da legislação urbanística poderão ser extintos com desconto sobre o valor do crédito de:

I - 80% (oitenta por cento) para pagamento integral e à vista em até 30 (trinta) dias contados da regulamentação desta lei;

II - 60% (sessenta por cento) para pagamento integral e à vista em até 60 (sessenta) dias contados da regulamentação desta lei;

III - 50% (cinquenta por cento) para pagamento parcelado de 2 (duas) até 12 (doze) parcelas mensais;

IV - 30% (trinta por cento) para pagamento parcelado de 13 (treze) até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais.

§ 3º - Os créditos relativos a multas aplicadas por descumprimento do disposto no inciso IV do art. 171 e no inciso I do art. 172 da Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, poderão ser extintos com desconto nos mesmos moldes estabelecidos no § 1º deste artigo.

§ 4º - Os honorários advocatícios fixados pelo juiz nos moldes do art. 827 do Código de Processo Civil poderão ser parcelados nos mesmos termos e condições previstos neste artigo.

§ 5º - Os créditos parcelados nos termos deste artigo ficarão sujeitos, a partir da concessão do benefício, aos acréscimos legais previstos na legislação tributária do Município.





§ 6º - O pagamento integral e à vista ou o parcelamento dos créditos previstos neste artigo importa o reconhecimento da dívida e a incondicional e definitiva desistência de eventual ação judicial, reclamação ou recurso administrativo correspondente ou relacionado a eles.

§ 7º - A adesão aos parcelamentos previstos neste artigo deverá ser feita em até 90 (noventa) dias contados da publicação do regulamento desta lei.

Art. 2º - Os descontos previstos nesta lei não se acumulam com quaisquer outros descontos, abatimentos, reduções de valor ou benefícios concedidos ao pagamento à vista ou parcelado de dívidas previstos na legislação municipal e não se aplicam aos créditos:

I - de natureza contratual e os decorrentes de lei editada fora do âmbito de competência do Município;

II - do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – retido na fonte e não recolhido nos prazos estabelecidos na legislação municipal;

III - objeto de auto de notícia-crime, após o recebimento da denúncia pelo juízo.

Art. 3º - O atraso no pagamento de qualquer parcela por período superior a 90 (noventa) dias implicará o cancelamento do parcelamento e a restauração do valor original dos créditos reduzidos na forma desta lei, relativamente às parcelas não pagas.

Art. 4º - Os benefícios concedidos por esta lei não geram direito à compensação ou à restituição de quaisquer quantias pagas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 5º - Os saldos de parcelamentos em curso, inclusive daqueles efetuados com base na Lei nº 10.752, de 15 de setembro de 2014, e na Lei nº 10.876, de 20 de novembro de 2015, poderão ser incluídos no programa de descontos de que trata esta lei, nos termos definidos em regulamento específico, devendo ser os valores dos créditos porventura reduzidos restaurados em seus valores originais atualizados, relativamente às parcelas não pagas.



Art. 6º - Fica concedida anistia fiscal às entidades religiosas relativamente às penalidades aplicadas em razão de autuação por infração à legislação municipal urbanística, ocorridas no período de 31 de dezembro de 2014 até a data de publicação desta lei.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 / 08 / 21

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 136/21

### Relatório

O Projeto de Lei nº 136/21, que “Dá denominação ao Hospital Público Veterinário de Belo Horizonte.”, de autoria do vereador Léo, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, destacam-se:

- a reelaboração da ementa do projeto em análise, a fim de conformá-la ao art. 1º;
- a alteração da redação do art. 1º, a fim de conformá-lo à técnica legislativa e conferir-lhe clareza e concisão;
- a retificação na grafia do nome da “Rua Pedro Bizoto”, citada no projeto em análise, para estabelecer conformidade com a grafia “Rua Pedro Bizzoto”, apresentada nos seguintes documentos anexados ao processo de instrução do projeto:
  - Mapa 45 do ANEXO I da Lei nº 9.691, de 19 de janeiro de 2009 (fl. 10 do processo);
  - registros do Sistema *on line* - Spol (fl. 12 do processo);
  - registros do Siurbe - BH Map Geoportal (fl. 13 do processo).

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 136/21.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 136/21

Dá o nome de Odete Ferreira Martins ao Hospital Público Veterinário de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominado Hospital Público Veterinário Odete Ferreira Martins o Hospital Público Veterinário de Belo Horizonte, situado na Rua Pedro Bizzoto, nº 230, no Bairro Madre Gertrudes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 03 / 09 / 2021

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
DIVATO

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI Nº 172/2021

#### VOTO DO RELATOR

#### 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo que “Institui a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout.”

Às fls. 02/05 encontra-se a justificativa do Autor.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 06/09.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação do parecer.

Em síntese, é o relatório.

#### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo, o Projeto de Lei nº 172/2021 almeja, em suma, instituir a semana do dia 15 de outubro como a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout.

A Síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, é um distúrbio psíquico causado pela exaustão extrema, sempre relacionada ao trabalho de um indivíduo. Conforme explanado na justificativa do autor,

A pessoa acometida pela síndrome de burnout emite sinais como ceticismo, insensibilidade, despreocupação, desconforto, ansiedade, sentimento de divisão entre o que pode fazer e o que efetivamente consegue fazer a outras pessoas, episódios de insônia, fadiga, irritabilidade, inquietação, tristeza, desinteresse, apatia, angústia e, por vezes, tremores.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

## **2.1 Da Constitucionalidade**

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

O projeto de Lei em apreço encontra-se em consonância com a Constituição da República e com a Constituição Mineira, haja vista a questão analisada trata-se de matéria de interesse local. Nestes termos a proposição encontra-se amparada pela disposição do art. 30, I, da Magna Carta e do art 171, I, da Carta Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Não obstante a matéria adequar-se à competência municipal, o projeto apresenta violações ao princípio da harmonia e separação dos poderes, previstos no art. 2º da Constituição da República (1988) e no art. 6º da Constituição Mineira (1989).

Observa-se que o §1º do art. 1º estabelece atribuições aos órgãos do Executivo Municipal infringido o art. 66, III, f, da Constituição Estadual.

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a

competência normativa da União;

Em razão do princípio da simetria, que obriga o Município a observar as normas constitucionais que tratam do processo legislativo, a competência para criar atribuições e obrigação no âmbito municipal são privativas do Prefeito.

Nestes termos, visando sanar a inconstitucionalidade evidente no Projeto em apreço, necessário se faz suprimir o §1º do art. 1º. Em consequência, suprime-se, também, os artigos 2º e 3º, pois fazem remissão ao §1º do art. 1º.

Por fim, necessário ainda suprimir o art. 4º, haja vista não restar despesas para execução do projeto de lei nº 172/2021.

Por tudo exposto, a proposição em comento – mediante a apresentação de emenda –, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

## **2.2 Da Juridicidade e da Legalidade**

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.



Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

No que concerne ao tópico em tela, e considerando as supressões supramencionadas, observa-se que não há conflito do Projeto de Lei nº 172/2021 com a legislação infraconstitucional do ordenamento jurídico pátrio. Evidencia-se, ainda, o caráter inovador da proposição.

O Projeto de Lei nº 172/2021, dessarte, encontra-se respaldado pela legalidade e juridicidade.

### **2.3 Da Regimentalidade**

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 172/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

## **3. DO MÉRITO**

No que diz respeito ao mérito, decido pela aprovação do Projeto de Lei nº 172, haja vista tratar-se de um transtorno psíquico relacionado ao trabalho que se torna cada vez mais comum em nossa sociedade. A pessoa acometida por essa doença ocupacional apresenta sinais de depressão, de esgotamento físico e mental, de sentimento de incapacidade, podendo ainda culminar em comportamentos agressivos e em pensamentos suicidas.

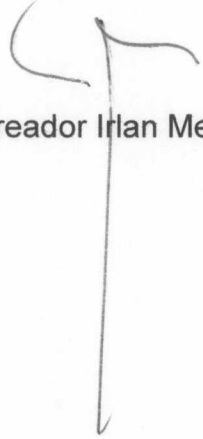
Não restam dúvidas, portanto, acerca da louvável intenção do autor e da importância em atentar a sociedade e o Poder Público sobre a Síndrome de Burnout, ainda que de forma apenas simbólica, com a implementação de uma Lei estabelecendo uma semana de conscientização sobre o tema.

Em razão do acima exposto, manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 172/2021.

#### **4. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e Aprovação do Projeto de Lei nº 172/2021 com apresentação de substitutivo - emenda.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021.



Vereador Irlan Melo

SUBSTITUTIVO EMENDA Nº \_\_\_\_ AO PROJETO DE LEI Nº 172/2021

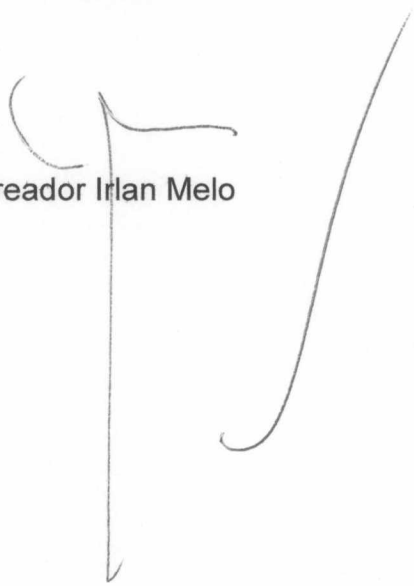
Institui a Semana de Conscientização  
sobre a Síndrome de Burnout.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituída a semana do dia 15 de outubro como Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Burnout.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021



Vereador Irlan Melo

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM TURNO ÚNICO – PROJETO DE LEI Nº 175/2021

#### VOTO DO RELATOR

#### 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo que “Institui o Dia dos Hospitais, das Entidades Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos.”

A Justificativa do Autor encontra-se na folha de nº 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 03/07.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação do parecer.

Em síntese, é o relatório.

#### 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

De autoria do Vereador Cláudio do Mundo Novo, o Projeto de Lei nº 175/2021 almeja, em suma, instituir o dia 14 de julho como o Dia dos Hospitais, das Entidades Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que prestam serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - do Município.

Conforme anuncia o ilustre Vereados Cláudio do Mundo Novo,

Este projeto de lei tem por objetivo o reconhecimento e a valorização dos hospitais e entidades filantrópicas de saúde, que trabalham acima do limite para atender às demandas públicas de saúde. Os hospitais filantrópicos são parte fundamental do sistema público de saúde brasileiro. Sem essas entidades, os governos

municipais e estaduais e o governo federal não conseguiriam promover o acesso universal à saúde conforme estabelecido pela Constituição da República de 1988.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno.

## **2.1 Da Constitucionalidade**

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

O projeto de Lei em apreço encontra-se em consonância com a Constituição da República e com a Constituição Mineira, haja vista a questão analisada trata-se de matéria de interesse local. Nestes termos a proposição encontra-se amparada pela disposição do art. 30, I, da Magna Carta e do art. 171, I, da Carta Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 —Ao Município compete legislar:

I — sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Evidencia-se que o Projeto em tela não ventila, em sua matéria, preceitos sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, tampouco estabelece atribuições à órgãos do Poder Executivo

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

## **2.2 Da Juridicidade e da Legalidade**

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

No que concerne ao tópico em tela, observa-se que não há conflito do Projeto de Lei nº 175/2021 com a legislação infraconstitucional do ordenamento jurídico pátrio.

Evidencia-se, ainda, o caráter inovador da proposição, haja vista estabelecer no dia 14 de julho, em âmbito municipal, a data comemorativa do Dia dos Hospitais, das Entidades Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que prestam serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - do Município.

O Projeto de Lei nº 175/2021, dessarte, encontra-se respaldado pela legalidade e juridicidade.

## **2.3 Da Regimentalidade**

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz

de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 175/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

### **3. DO MÉRITO**

No que diz respeito ao mérito, decido pela aprovação do Projeto de Lei nº 175, haja vista tratar-se de uma simbólica homenagem aos Hospitais e Entidades Filantrópicas que, ininterruptamente, prestam significativos serviços para a consecução do direito fundamental à saúde.

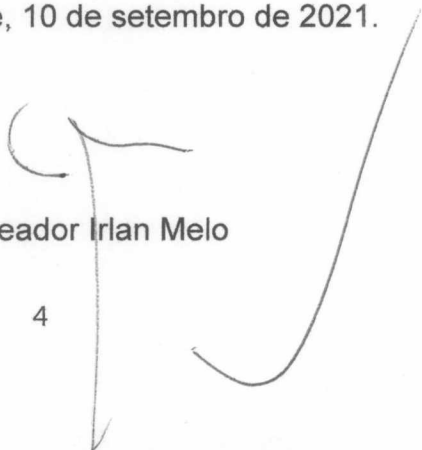
Não restam dúvidas, portanto, acerca da importância em atentar a sociedade e o Poder Público – ainda que de forma apenas simbólica, com a implementação de uma Lei estabelecendo uma data comemorativa sobre o tema – acerca do quão significativo são os Hospitais e Entidades Filantrópicas para a garantia do acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde.

Em razão do acima exposto, manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 175/2021.

### **4. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e Aprovação do Projeto de Lei nº 175/2021.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021.

  
Vereador Irlan Melo